



ENSINO SUPERIOR: A MONITORIA COMO UM PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Liara das Graças Costa de Medeiros; Adriana Valéria Santos Diniz

Universidade Federal da Paraíba

liaracmedeiros@gmail.com; adriavsdiniz@hotmail.com

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Analisa a educação superior brasileira no contexto das reformas neoliberais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 e mais especificamente as universidades públicas, nos contextos social, político e econômico e como estes repercutem em suas ações, investigando sua realidade, criação e organização, funcionamento e desenvolvimento. O trabalho objetiva apresentar o Programa de Monitoria da Universidade Federal da Paraíba como um programa de iniciação à docência. De um ponto de vista metodológico, optou-se em realizar uma pesquisa qualitativa, tendo sido realizada uma pesquisa bibliográfica. A monitoria se apresenta como um Programa de Iniciação à Docência, com foco no Ensino articulado à extensão e à pesquisa.

Palavras-chave: Ensino Superior, Monitoria, Iniciação à Docência.

Introdução

A sociedade contemporânea, marcada pela proposta hegemônica do neoliberalismo, apresenta uma nova estruturação social global que demanda por conhecimento, transformando o saber em mercadoria. As universidades buscam a adequação às novas necessidades do mercado, o que impacta diretamente na expansão das universidades com foco na produção do conhecimento, privilegiando a pesquisa.

Tomando-se por base a conjuntura política atual, de aplicação da máxima neoliberal, a situação do professor universitário é cada vez mais complexa, pois, segundo Mancebo (2009), a carreira docente está permeada pelo produtivismo acadêmico. Sabe-se que o exercício do magistério superior é complexo e por esta razão a formação docente não pode ser reduzida à formação do pesquisador, uma vez que, de acordo com Veiga (2006, p.94), “é importante ressaltar que o professor universitário precisa ter, necessariamente, competência pedagógica e científica.”.

Nesse contexto, assinalando o proposto por Dias (2012), sabe-se que na Educação Superior os docentes estão sendo contratados muito mais por suas habilidades de pesquisadores. Mesmo



detentor de conhecimentos específicos, esses professores nem sempre apresentam os atributos específicos, necessários e desejados para a profissão de ser docente na educação superior hoje.

Repensar o Programa de Monitoria como processo formativo da docência no Ensino Superior contribui para o avanço científico desta temática, pois amplia a discussão sobre os espaços de formação para a Docência no Ensino Superior. Assim, busca-se nesse estudo apresentar o Programa de Monitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como um programa de iniciação à docência.

Metodologia

Nesse estudo optou-se em realizar uma pesquisa qualitativa, pois, segundo Minayo (2008, p.21), esse tipo de pesquisa “[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Embora, reconheça-se que “o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos” (RICHARDSON, 2015, p.79). Assim, esse trabalho buscou também em pesquisas quantitativas a sustentação para suas ideias.

Essa pesquisa se caracteriza ainda como descritiva e exploratória. Descritiva, por se pretender descrever as características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, além de levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008). Exploratória, tendo em vista que envolveu levantamento bibliográfico.

De acordo com o objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica apoiada nos autores Anastasiou (2006); Dias(2012); Frison e Moraes (2010); Libâneo, Oliveira e Toschi (2011); Mancebo (2009); Medeiros(2015) e Veiga(2006). Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em livros e artigos científicos já elaborados. Por pesquisa bibliográfica compartilha-se da definição de Lakatos e Marconi (2005, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”.

Resultados e Discussão

As reformas educativas ocorridas no Brasil, a partir da década de 1990, fazem parte de uma conjuntura de reformas ocorridas em todo o mundo concomitante ao processo de reestruturação



global da economia pelo viés do neoliberalismo – “mudanças nos processos de produção associadas a avanços científicos e tecnológicos, *superioridade* do livre funcionamento do mercado na regulação da economia e *redução* do papel do Estado.”. (LIBÂNEO; OLIVEIRA e TOSCHI, 2011, p.34).

Conhecimento e informação passam a formar força produtiva e, conseqüentemente, afeta o desenvolvimento econômico. Logo, investimento na ampliação do acesso ao ensino se tornou prioridade especialmente para países emergentes. No Brasil, as políticas econômicas e educacionais criadas ou mantidas pelo governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) são de ajuste às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. Nessas políticas, se faz presente “o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino, na ótica das reformas neoliberais de adequação às demandas e exigências do mercado.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p.55).

O governo, em busca de um modelo que amplie o acesso à escolarização investe em educação à distância e amplia significativamente o número de vagas em instituições de ensino superior, por meio de programas federais. O número de matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) privada cresceu significativamente. Dentre os principais programas desenvolvidos pelo governo federal que contribuiu para esse crescimento está o Programa Universidade para Todos. O Prouni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

O Governo que segue ao Presidente FHC é um governo que, embora alinhado as políticas neoliberais, atua de forma menos incisiva, de modo que continua a incentivar o crescimento da iniciativa privada, porém a expansão das universidades públicas, também faz parte da agenda do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010). Em 2007, pelo Decreto nº 6.096 o Governo Federal lança o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹. As ações do programa visam diminuir as desigualdades sociais no país e contempla, entre outras metas, o aumento de vagas nos cursos de graduação e a ampliação da oferta de cursos noturnos.

¹ Informações obtidas no site: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em 15 de julho de 2016.



Embora muito aquém da necessidade real da população de vagas em universidades públicas, com o REUNI vivenciou-se um considerável aumento de matrículas nessas instituições. Atrelado a um maior número de alunos, advindos das classes sociais mais populares a carreira docente está permeada pelo produtivismo acadêmico e a competitividade por recursos públicos ou privados, o que gera intensificação do trabalho e uma absurda extensão da sua jornada (MANCEBO, 2009). Nesse cenário são necessários estudos sobre a formação do docente que atua no Ensino Superior.

Em contrapartida ao apresentado pelo governo como forma de democratizar o acesso a níveis mais elevados de ensino, Antônio Joaquim Severino e Selma Garrido Pimenta (2011, p. 14) apresentam uma visão bem mais ampla do que é democratização. “Entendendo que democratização do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho[...]”. Ainda segundo esses autores:

Esse processo de valorização envolve formação inicial e continuada, articulada, identitária e profissional. Essa formação identitária é epistemológica, ou seja, reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; 2) conteúdos didáticos pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional; 3) conteúdos ligados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da prática educacional; 4) conteúdos ligados a explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social. (SEVERINO; PIMENTA, 2011, p. 15):

A monitoria, como espaço de iniciação à docência, pode proporcionar ao monitor tanto aprendizagem conceitual quanto pedagógica e didática. Para Veiga (2006, p.94), “é importante ressaltar que o professor universitário precisa ter, necessariamente, competência pedagógica e científica”. No entanto, todas essas políticas repercutem na concepção dos programas de monitoria reproduzindo sua “concepção original, pela qual os estudantes mais adiantados nos programas escolares, auxiliam na instrução e na orientação de seus colegas”. (FRISON E MORAES, 2010, p. 147). Os professores orientadores ao se deparam com uma excessiva sobrecarga de trabalho tendem a transferir ao monitor atividades sem a devida supervisão. Além de não dedicarem aos seus tutores o tempo necessário de orientação.

Não é possível falar sobre ensino, sem discutir a docência na universidade. A respeito da docência universitária Veiga considera que:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A docência universitária exige a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Faz parte dessa característica integradora a produção do conhecimento, bem como sua socialização. A indissociabilidade aponta para a atividade reflexiva e problematizadora do futuro profissional. (VEIGA, 2006, p. 89).

No ensino, os Monitores, em geral, assumem, em colaboração com seus orientadores, diversas tarefas. Frison e Moraes acreditam que:

No ensino, as tarefas assumidas pelos alunos monitores têm como objetivo auxiliar o professor titular. Nessa perspectiva, o monitor atua como orientador das propostas de ensino, quer junto a pequenos grupos, quer organizando atividades com a turma toda. Atualmente, o trabalho de monitoria em diferentes disciplinas consiste, frequentemente, na realização de uma aula semanal, com uma ou duas horas de duração, a fim de tirar dúvidas dos alunos, e de eventuais aulas extras nos dias que antecedem os períodos de avaliação. (FRISON; MORAES, 2010, p. 146 e 147).

Ao desenvolver tarefas de ensino, como organização de atividades, estudos dirigidos, aulas para reforçar a aprendizagem dos alunos, atendendo as dúvidas, os monitores também estão reforçando sua própria aprendizagem, seja esta didática e/ou conceitual. Para Frison e Moraes (2010, p. 148), “o ensino entre pares, a troca entre os “desigualmente iguais” convida para o desafio de aprender a aprender, para o risco de assumir a própria autoria.” Sob esse aspecto, tem-se que o trabalho do professor universitário quando se propõe a selecionar monitores e a trabalhar junto com eles é o de alguém que deve liderar, orientar, mediar e coordenar as aprendizagens de seus tutores. “Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas [...]” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p.17).

A monitoria é um programa que pode contribuir para a formação de futuros profissionais para atuarem na docência de nível superior. O programa da UFPB explicita na Resolução Nº 02/1996 no inciso I do Art. 2º um dos objetivos do Programa de Monitoria como sendo o de “despertar no aluno o interesse pela carreira docente”. (UFPB, 1996, p. 1).

A monitoria é um espaço no qual o aluno desenvolve atividades de ensino e se for conduzido de maneira adequada pode desenvolver competências próprias para se tornar um professor de nível superior. Sobre o ser professor:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] a atividade profissional de todo professor possui uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa a formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, o que implica escolhas, valores, compromissos éticos. Isso significa introduzir objetivos de natureza conceitual, procedimental e valorativa, em relação aos conteúdos da matéria que ensina; transformar o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos; selecionar e organizar conteúdos de acordo com critérios lógicos e psicológicos, em função das características dos alunos e das finalidades do ensino; utilizar métodos e procedimentos de ensino específicos, inserindo-os em uma estrutura organizacional em que participe de decisões e ações coletivas. Por isso, para ensinar, o professor necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade. (PIMENTA; SEVERINO, 2011, p.18)

A monitoria é um espaço importante de iniciação a docência no nível superior justamente porque colabora tanto para formação científica, quanto proporciona atividades próprias da docência. “A preocupação com a qualidade dos resultados da educação superior, principalmente os de graduação, revela a importância da formação científica, pedagógica e política de seus docentes.” (VEIGA, 2006, p. 94).

O Programa de Monitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é um programa de ensino, no qual os alunos que já cursaram a disciplina escolhida para atuar como monitor e foram aprovados com média igual ou superior a sete, estão aptos a participar de processo de seleção definido por cada departamento de ensino, e, sendo aprovados, poderão exercer a função de monitores. Ao monitor cabe diversas atividades que variam de acordo com o projeto de ensino e o plano de ação a que estes estão submetidos, além de algumas atribuições já previstas na Resolução 02/1996 do CONSEPE que regulamenta o programa de monitoria da UFPB. De modo geral, essas atribuições exigem cooperação com o professor da disciplina no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento de sua própria formação. (MEDEIROS, 2015).

Além dos monitores, os professores orientadores de alunos monitores ou coordenadores de projetos de monitoria têm suas atribuições previstas na resolução 02/1996 do CONSEPE. De um modo geral, ambos são entendidos como colaboradores na construção dos saberes, como partícipes do ato educacional, construindo de maneira colaborativa o processo educativo.

Como monitor, o aluno tem oportunidade de aprofundar seus conhecimentos científicos, otimiza suas experiências, adquire habilidades e é inserido na vida acadêmica. Também desenvolve capacidades sociais, como a interação e o modo de agir diante de um grupo. Sabe-se que a interação



com seus pares (professores, colegas monitores, alunos das disciplinas) desempenha papel fundamental na formação individual.

Pesquisa realizada sobre o Programa na UFPB (MEDEIROS, 2015) mostra que o Programa atende ao disposto na referida Resolução, uma vez que as atividades desenvolvidas, segundo os monitores entrevistados, contribuíram para a formação acadêmica, o amadurecimento pessoal e profissional, para o aprofundamento de conteúdos já estudados, para o desenvolvimento do senso de responsabilidade, para a motivação e o comprometimento com as atividades realizadas, assim como para a formação didática, a partir da aplicação de metodologias diferenciadas de ensino. Enfatiza-se, ainda, a oportunidade de vivenciar a troca de conhecimento com os demais alunos e professores, e também puderam compartilhar esse saber por meio de pesquisas.

Com efeito, Dias (2012), nos seus estudos sobre monitoria, mostra que o Programa por si só não é capaz de formar para a docência, podendo, se não orientado, servir a outras finalidades distantes das previstas na sua proposta, tais como: “substituir o professor, avaliar os colegas estudantes, desenvolver pesquisas ou coleta de dados que não tivessem relação de pertinência com a atividade docente, proposta no projeto interdisciplinar, realizar atividades meramente mecânicas, administrativas ou que não se articulassem com a atividade docente” (BRANDÃO E LIMA apud DIAS, 2012, p. 5). Para cumprir o seu propósito de formação para a docência, o Programa precisa de uma estratégia metodológica condizente com os seus objetivos. Nesta perspectiva, a autora aponta o trabalho conjunto entre o professor e o monitor, propiciando a participação ativa do monitor na experiência de construção do ensino com pesquisa e extensão na Universidade (DIAS, 2012, pp. 6 – 7).

Portanto, a monitoria pode ser considerada como um programa de ensino que se articula com a pesquisa e a extensão, nas universidades. Essa característica contribui para a formação docente dos monitores, uma vez que, ao discutir a docência universitária, Veiga (2006) considera a indissociabilidade entre esses três elementos. Assim, ao participar de um programa acadêmico de monitoria que articula ensino, pesquisa e extensão, os monitores estão desenvolvendo competências para lecionar em um nível de ensino que exige habilidades específicas (MEDEIROS, 2015, p. 96-97).

Formação docente é um assunto muito amplo e complexo, atualmente docentes universitários são formados em cursos de Mestrado e Doutorado, que privilegiam em demasia a Pesquisa em detrimento do Ensino, essa realidade precisa ser problematizada. De acordo com Dias (2012, p. 9), “rever o projeto de formação inicial de docentes universitários é uma responsabilidade



institucional, e ultrapassa os limites e ordenações legais, em busca de uma releitura do ensino universitário.” Dessa forma, tentou-se apresentar o Programa de Monitoria como um Programa de iniciação à docência, entendendo que esse Programa sozinho está longe de dar conta da tarefa de formar o docente universitário, mas sem dúvida é um espaço importante por proporcionar aos graduandos experiências de Ensino em Nível Superior.

Conclusões

Para uma melhor compreensão do programa de monitoria como processo de iniciação à docência do ensino superior, apresentou-se o contexto de “produtivismo” acadêmico, em que o Ensino Superior está inserido, como parte de uma política de Estado, adotada pelo Governo Brasileiro em alinhamento às políticas neoliberais iniciadas dos anos 1990. Procurou-se evidenciar os elementos de formação que esse programa proporciona e verificou-se que a monitoria é um programa que contribui tanto para a formação didática quanto para a formação científica dos monitores.

Desse modo, descobriu-se que tanto programa de monitoria interfere na formação do aluno monitor quanto este interfere na qualidade do ensino, pois a monitoria é também um espaço de iniciação à docência de ensino superior.

A monitoria também pode ser um espaço em que o aluno monitor desenvolve atividades de ensino. Assim, ele pode experienciar um pouco dos desafios e do dia-a-dia de um professor de nível superior, desenvolvendo tanto competências pedagógicas quanto científicas próprias de sua área de atuação.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência na Educação Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (orgs.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 5).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.



DIAS, Ana Maria Iorio. **Ser professor(a) universitário(a): monitoria, política e programas institucionais de formação docente** (In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino). UNICAMP – Campinas. 2012.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; MORAES, Márcia Amaral Corrêa de. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Póesis Pedagógica**. Goiás, v.8, n. 2, p.144-158, ago./dez. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).

MANCEBO, Deise. Políticas da educação superior – velhos temas novos desafios. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira. (orgs.). **Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

MEDEIROS, Liara das Graças costa de. O programa de monitoria da UFPB: influência na qualidade da formação dos alunos monitores. In.: CHAVES, Elisângela André de Oliveira et al. **Gestão Pública: A visão dos Técnicos Administrativos em Educação da Universidades Públicas e Institutos Federais**. vol. 2. Salvador: PontoCom. 2015. (p.95-108)

Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O que é o REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim; PIMENTA, Selma Garrido. Apresentação da coleção. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução n. 02, de 22 de fevereiro de 1996. **Regulamenta o Programa de Monitoria para os cursos de graduação da UFPB.** Paraíba. 1996.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. Docência Universitária na Educação Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (orgs.). **Docência na Educação Superior.** Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 5).